



Prefeitura Municipal de Canas

Av. 22 de Março, 369 - Tel./Fax (0**12) 3151-1158 - 3151-1258

CEP 12.615-000 — Estado de São Paulo

e-mail: prefeituracanas@uol.com.br

MENSAGEM N.º 08 DE 04 DE ABRIL DE 2005

PROJETO DE LEI ORDINARIA Nº 06/05.

DISPÕE SOBRE ALIENAÇÃO POR DOAÇÃO DE ÁREA DO POLO INDUSTRIAL DE MICRO, PEQUENA E MÉDIAS EMPRESAS, DR. MÁRIO COVAS JR..

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar por doação o terreno abaixo discriminado, situado no Pólo Industrial de Micro, Pequena e Médias Empresas Dr. Mario Covas Jr, neste Município, pertencente ao patrimônio Municipal, à empresa JANAÍNA BUENO GONÇALVES SOUZA - ME, CNPJ : 06.058.517/0001-18, com sede na Rua Prefeito José de Abreu Ferraz, no. 725, Centro, na cidade de Silveiras - SP

“ Um lote de terreno, constituído de parte de uma Gleba de terra, descrita como Área 2 do Decreto de desapropriação da Matrícula no. 2232, nesta cidade e Município de Canas, com frente para a Área 1, e para a futura ampliação da Rua do Meio, medindo 10,30 m (Dez metros e trinta centímetros) de frente; igual medida da largura nos fundos onde confina com o Lote “K” . A medida dos lados da frente aos fundos é de : Lado Esquerdo 62, 40 m (Sessenta e dois metros e quarenta centímetros), Lado Direito 69 ,40 m (Sessenta e nove metros e 40 cm). Olhando de frente para o lote nº 2 , este faz divisa do lado esquerdo com o lote Nº 3 e do lado direito com o lote nº 1 (Lotes estes desmembrados dos lotes J e I). A área a ser alienada por doação correspondente ao lote “Nº 2”, é de 659,00 m2 .(Seiscentos e cinqüenta e nove metros quadrados.



Prefeitura Municipal de Canas

Av. 22 de Março, 369 - Tel./Fax (0**12) 3151-1158 - 3151-1258

CEP 12.615-000 - Estado de São Paulo

e-mail: prefeituracanas@uol.com.br

PARÁGRAFO ÚNICO: Para fazer jus ao benefício desta Lei, a empresa interessada deverá apresentar documentos exigidos pela municipalidade que comprovem a sua idoneidade, tais como: certidões negativas municipais, estaduais e federais, declaração do responsável ou representante da empresa, que tenha poderes para assinar sua documentação.

Art. 2º - Fica dispensada a licitação para a alienação por doação do imóvel, objeto desta Lei.

Art. 3º - Da escritura de doação deverão constar, obrigatoriamente:

I - Iniciar as construções no prazo máximo de 06 (seis) meses;

II - Iniciar as atividades operacionais da empresa no prazo máximo de 18 (dezoito) meses;

III - Concluir as construções no prazo máximo de 30 (trinta) meses, comprovado com a apresentação do "auto de conclusão de obras", expedido pela Prefeitura Municipal.

IV - Não paralisar a atividade da empresa, por período de 03 (três) meses, após o início operacional da mesma, exceto se devidamente justificado e aceito pela Administração Pública Municipal.

V - Não transferir e nem alienar a qualquer título o imóvel no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do Poder Executivo Municipal;

VI - Não alterar a destinação do imóvel sem prévia e expressa autorização do Poder Executivo Municipal.



Prefeitura Municipal de Canas

Av. 22 de Março, 369 - Tel./Fax (0**12) 3151-1158 - 3151-1258

CEP 12.615-000 - Estado de São Paulo

e-mail: prefeituracanas@uol.com.br

VII - Estar em dia com as devidas aprovações necessárias ao funcionamento da micro, pequena e média empresa nos órgãos oficiais competentes, inclusive do projeto de construção;

VIII - A cada 24 meses, será realizada nova avaliação das obrigações constantes no termo de doação, por uma comissão a ser criada pelo Chefe do Poder Executivo e que elaborará um laudo a fim de revalidar a escritura de doação, sendo que, após 20 (vinte) anos, o imóvel descrito no artigo primeiro será doado em definitivo.

IX - Não dar destinação ao imóvel de atividades poluidoras;

X - Instalar fossa séptica, que deverá estar em pleno funcionamento por ocasião do início de suas atividades, se a situação assim o exigir;

XI - Recolher no Município de Canas todos os tributos que forem gerados em sua unidade local, notadamente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda, além das Taxas Municipais e contribuições sociais;

XII - Obriga-se a donatária a operar com tratamento de seus efluentes, a fim de não comprometer a qualidade ambiental (água, solo e ar), observada a Legislação em vigor.

Art. 4º - Na hipótese de, a donatária não dar cumprimento ao disposto nesta Lei, o imóvel doado e todas as benfeitorias nele edificadas reverterão ao Município, independente de interpelação judicial e de indenizações, nos termos da Legislação em vigor.

Art. 5º - No caso de falência ou de dissolução da empresa donatária no prazo em que a mesma ainda não tiver sua doação em definitivo, a área doada e as benfeitorias nela existente reverterão ao Município independentemente de qualquer indenização.



Prefeitura Municipal de Canas

Av. 22 de Março, 369 - Tel./Fax (0**12) 3151-1158 - 3151-1258

CEP 12.615-000 — Estado de São Paulo

e-mail: prefeituracanas@uol.com.br

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das verbas consignadas no orçamento vigente e serão suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canas, 04 de abril de 2005.

VALDEREZ GOMES DE LUCENA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Canas

Av. 22 de Março, 369 - Tel./Fax (0**12) 3151-1158 - 3151-1258

CEP 12.615-000 — Estado de São Paulo

e-mail: prefeituracanas@uol.com.br

JUSTIFICATIVA

**Sr. Presidente,
Nobres Vereadores.**

O presente projeto cuida de pedido de autorização para realização de alienação por doação de área localizada no Pólo Industrial Mário Covas Júnior, criado por intermédio da Lei 160/2001.

A presente autorização legislativa irá propiciar a instalação de referenciada empresa, gerando empregos para a população canense, bem como arrecadação tributária ao município.

Temos necessidade de criação de postos de trabalho para os moradores de nossa cidade, lembrando-se que além dos empregos diretos, serão de mesma forma gerados outros de natureza indireta, o que contribuirá para o aquecimento da economia local.

Por tratar-se de matéria de interesse de toda comunidade Canense, requeremos que o presente trâmite em REGIME DE URGÊNCIA.

Sem mais para o momento, colhemos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

Valderez Gomes de Lucena Filho
Prefeito Municipal